

cidade	jornal	data veiculação
São Paulo	O Estado de São Paulo	09.09.87
assunto		
03- Lei do Inquilinato		

# Creci sugere um pacto para questão do aluguel

Se não for modificado, sendo aprovado em sua forma original, o anteprojeto de reforma da Lei do Inquilinato preparado pelo consultor-geral da República, José Saulo Pereira Ramos, só vai contribuir para agravar ainda mais a crise habitacional. Isso porque, ao instituir reajustes diferenciados para inquilinos de alta e média renda, ele eliminará de vez o interesse privado pelo investimento em imóvel de locação nas faixas em que o déficit de moradias é mais agudo. O investidor, naturalmente, optará por comprar imóveis de classe média alta, para os quais o anteprojeto prevê a livre negociação dos reajustes.

O alerta foi feito ontem pelo empresário Roberto Capuano, presidente do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de São Paulo (Creci), ao divulgar a proposta, defendida pela categoria que representa de instituição de um Pacto Nacional pela Habitação. "Só com um plano global, de aplicação imediata, é que se pode começar a enfrentar a crise", afirmou, acrescentando que o problema específico dos aluguéis deve ganhar dimensões mais graves nos próximos meses.

"Alguns inquilinos, com contratos anuais vencendo, por exemplo, em dezembro, vão ser penalizados com um reajuste de 400% ou mais



Capuano prevê crise maior

sobre um aluguel já elevado", advertiu Capuano, ao se declarar partidário da aplicação do critério da OTN *pro rata* (proporcional) aos reajustes de aluguéis. Por esse método, a OTN a ser tomada como base de cálculo, em dezembro de 86, seria de Cz\$ 121,16 e não de Cz\$ 106,40, valor congelado no início do Plano Cruzado.

Até agora o governo não se definiu a respeito.

## PACTO DE 10 PONTOS

Além da modificação no projeto de Saulo Ramos, ainda não enviado ao Congresso, com a adequação dos reajustes de aluguéis aos aumentos salariais, o presidente do Creci reivindica, de imediato, a liberação de financiamentos para imóveis usados, juntamente com a operação da caderneta habitacional (específica para compra de imóvel), e a concessão de incentivos fiscais, mais especificamente a redução ou eliminação do Imposto de Renda, aos que comprarem imóveis e os alugarem por determinado tempo.

Esses são alguns dos pontos contemplados no Programa Mínimo de dez pontos que forma a base do pacto proposto pelos corretores de São Paulo, e que já tem apoio do ministro Deni Schwartz, do Desenvolvimento Urbano, e do Movimento Permanente dos Inquilinos Intranquilos. Na proposta apresentada por Capuano, o governo teria que aplicar, compulsoriamente, 50% dos recursos de cadernetas de poupança em financiamentos diretos aos compradores de imóveis, além de reduzir os juros de 12% para 10% e ampliar os prazos de amortização dos empréstimos de 15 para até 25 anos.

## Liberado o 1º lote de restituições da 'malha'

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

A Secretaria Federal da Receita enviou ontem a rede bancária de todo o País o primeiro lote de cheques de restituição do Imposto de Renda, cujas declarações estavam retidas na "malha fina". São pouco mais de 73 mil cheques, no valor global de Cz\$ 104 milhões que estarão disponíveis na próxima segunda-feira. Restam cerca de 500 mil cheques retidos pela malha fina. A Receita Federal espera distribuir a maior parte destas devoluções até o final de outubro, em mais sete lotes semanais.

De junho passado até agora a Receita Federal distribuiu pouco menos

de 2,8 milhões de cheques de restituição, com o valor total de Cz\$ 2,6 bilhões. O valor médio de cada cheque, portanto, foi inferior a Cz\$ 1 mil.

A maioria das declarações presas na malha fina apresenta erros de preenchimento e de cálculos. Outro problema comum são informações conflitantes com as apresentadas pelas fontes pagadoras. Até o final de outubro, a Receita estima que terá distribuído mais de 400 mil cheques de restituição referentes a estas declarações. As que ainda continuarem retidas na malha serão liberadas depois de uma verificação mais detalhada, ou, até mesmo, após os contribuintes apresentarem esclarecimentos adicionais a Receita Federal.

## Jornalistas promovem ato contra a 'mordida'

Revoltados com a nova tabela do Imposto de Renda, que elevou em média em 15% a retenção na fonte, um grupo de jornalistas de São Paulo está programando a realização de um ato público de protesto como primeiro passo para a criação de um Movimento de Defesa do Cidadão que conduza, de forma organizada, a reação da sociedade civil à voracidade fiscal do governo. O encontro está marcado para as 20 horas da próxima segunda-feira, 14, na sede do Sindicato dos Jornalistas, na rua Rego Freitas, 530, sobreloja, e é aberto à participação de todos os interessados.

As articulações para a organização do Movimento começaram no final do mês de agosto último, quando

a Receita Federal divulgou a nova tabela do IR ampliando a carga fiscal de forma mais acentuada, por exemplo, sobre os assalariados sem dependentes e com renda mensal acima de 20 salários mínimos. Inicialmente limitado a um pequeno grupo de jornalistas de algumas grandes redações da Capital, o movimento deve evoluir nos próximos dias com a adesão de outras categorias profissionais, entidades e pessoas que se preocupam com a questão. A idéia básica é formar uma espécie de frente ampla contra aumentos injustificados, ou sem a contrapartida de serviços, tanto do Imposto de Renda quanto do IPTU, gasolina, aluguel etc. Informações podem ser obtidas pelo telefone 864-7570, na Capital.

## CEF erra e cobra a mais

Entregar sob protocolo, na agência onde faz seus pagamentos ou onde assinou o contrato, uma carta relatando a cobrança indevida e pedindo a restituição do dinheiro. Essa é a orientação dada pela gerência regional da Caixa Econômica Federal (CEF) em São Paulo às dezenas de mutuários que vêm sofrendo, nos últimos dois meses, reajustes adicionais em seus carnês de pagamento, atribuídos pelo Núcleo de Comunicação Social da CEF a falhas na programação dos computadores que processam as prestações.

No último mês de agosto, por exemplo, segundo denunciaram a O Estado vários mutuários, a CEF aumentou em média 14% as prestações de prestamistas enquadrados nos Planos de Equivalência Salarial (PES), a pretexto de acompanhar os reajustes semestrais das categorias a que pertencem. Só que eles, como os demais trabalhadores, deixaram de ter reajustes semestrais desde o Plano Cruzado, que instituiu o mecanismo do "gatilho" para corrigir os salários toda vez que a inflação chegasse a 20%, mantidos os reajustes normais de dissídio nas datas-bases. No PES, a prestação só aumenta quando o "gatilho" dispara ou ocorre o reajuste na data-base, e sempre pelo mesmo índice.

A CEF promete regularizar essa situação até outubro próximo, segundo informou ontem o Núcleo de Comunicação Social, mas fará a correção de imediato para aqueles que apresentarem reclamação formal por carta. Os mutuários devem anexar a ela uma carta do sindicato a que pertencem, informando a data-base, e da empresa em que trabalham, relatando os reajustes salariais que tiveram este ano. A devolução do que foi pago a mais será feita na forma de crédito em conta do mutuário.